

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Mauro, Rogério Antonio¹
Calaça, Manoel²

Resumo

Basado nos debates da Geografia Crítica sobre território e da dialética da dependência de Ruy Mauro Marini este artigo procura trazer elementos para analisar as transformações ocorridas no período de 2000 a 2017, no Centro-Oeste brasileiro, a partir da consolidação do agronegócio. A Região viveu um processo de territorialização do capital e reorganização dos complexos agroindustriais com participação direta de grandes conglomerados nacionais e estrangeiros que atuam no mercado global. Vê-se diante de um processo de modernização agrícola calcada na concentração fundiária, na adoção de novas tecnologias e no controle oligopolizado dos mercados, que condiciona sua dinâmica socioeconômica, devido à especialização regressiva do comércio. São apresentados dados que evidenciam os limites de um modelo de desenvolvimento dependente da produção primária.

Palavras-chave: Agronegócio, Território, Dependência.

Introdução

Com a abertura econômica dos anos 90 e, principalmente, após a crise cambial de 1999, assistiu-se no Brasil o relançamento de uma estratégia de desenvolvimento baseada no agronegócio³. Neste contexto, o Centro-Oeste brasileiro passou por um processo de territorialização do capital e reorganização dos complexos agroindustriais. A produção agropecuária se elevou ano após ano e o mercado externo passou a desempenhar papel crucial na realização da produção. Neste contexto, o “modelo” ora adotado se constituiu em referência política para todo o setor, ao passo que a questão agrária, que esteve em evidência nos anos 90, passou a ser relegada ao segundo plano, no mundo político.

¹Doutorando em Geografia no IESA/UFG e Docente do Instituto Federal Goiano: rogemauro@yahoo.com.br

² Docente no IESA/UFG: manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

³ A expressão Agronegócio deriva de *Agrobusiness*, entendida como “uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie de novo setor de atividade econômica. Os americanos Davis e Goldberg usaram esta noção em 1957, mas ela já era utilizada, independentemente e de longa data por outros autores – de maneira aproximada. As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filiière* são análogas” (DELGADO,2012).

Á luz dos debates da Geografia Crítica sobre território e da dialética da dependência de Ruy Mauro Marini este artigo apresenta elementos para análise das transformações socioespaciais ocorridas no período de 2000 a 2017 a partir da consolidação do agronegócio no Centro-Oeste Brasileiro.

Revisitando o Território

O território, como categoria de análise, tem sua premissa discutida nos estudos clássicos de geopolítica, envolvendo, relações de poder e um meio físico-natural. É formado a partir da materialização das relações sociais sobre o espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993), não como mero receptáculo, mas como agente ativo das trocas materiais e imateriais. É no território que relações das mais variadas escalas se concretizam e se materializam, quase sempre, na forma de conflitos. Apesar de ser considerada uma categoria na qual é possível identificar multivariadas interpretativas, em qualquer acepção, o território pressupõe relações de poder, entendido tanto em seu sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação (SOUZA, 2013).

Segundo Raffestin (1993), o território é formado a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático que ao se apropriar dele, concreta ou abstratamente “*territorializa o espaço*” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), delimitando-o por uma ordem jurídica e política, marcada por relações de poder e construída a partir do trabalho do ser humano com suas linhas, limites e fronteiras. De modo que,

(...) quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto-modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O autor destaca, ainda, que o território é movido e modificado por contradições internas, desigualdades, disputas, etc. além da possibilidade de haver sobreposições de territórios, permitindo a possibilidade de leitura de territórios em rede. Deste modo, a territorialidade é formada por relações sociais (existenciais e de produção) estabelecidas no interior dos territórios, condicionada por linguagens, códigos e sistemas de sinais. O território é, assim,

produto da territorialização no espaço, convertendo-se em uma espécie de “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Ainda, segundo Raffestin (1993, p. 150), “toda a prática espacial, mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, se traduz por uma produção territorial que faz intervir malhas, nó e redes”. As redes não são simplesmente “um conjunto de linhas e pontos” (como na geometria euclidiana), mas, sobretudo, “relações” que ocorrem no tempo e no espaço e de forma descontínua. As redes aceleram a circulação de capitais e mercadorias em escala global, mas não beneficiam por igual todos os atores. Segundo Dias (1996, p. 7):

Os fluxos de todo tipo, das mercadorias às informações, pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade (qualidade de conexão) que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere RAFFESTIN. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir.

O espetacular avanço das tecnologias da informação verificado nas últimas décadas permitiu inúmeras operações e fluxos de comunicação em tempo real, acelerando as transformações do espaço social, produzindo novas reconfigurações territoriais e a reprodução da chamada *sociedade em rede*, perfeitamente articulada aos circuitos de fluidez da economia mundial em tempos de globalização do capital.

Ao tratar do território no contexto do agronegócio e da agricultura com altos investimentos de capital no Centro-Oeste estamos demarcando não só um modelo de produção específico, mas também, dando vazão ao seu aparato tecnológico e aos mecanismos de operacionalização estatal que, cada vez mais, modificam o campo.

A Região Centro-Oeste no Contexto no Agronegócio

Nas duas últimas décadas o Centro-Oeste brasileiro passou a ocupar lugar de destaque. Em grande medida, isso pode ser explicado por sua localização estratégica no Brasil Central, que favorece a logística; pela abundância de terras planas que permitem mecanização pesada; pela disponibilidade de água e demais recursos naturais; pelas isenções fiscais e apoio político recebido. Este último, se converte numa espécie de proteção contra tensões, conflitos e demais

externalidades. Nas palavras de Santos e Silveira (2001, p.105), significa que, “cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção, é uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas”.

Um aspecto crucial foi a configuração de uma conjuntura internacional favorável, onde a crescente demanda por produtos agrícolas, puxada pelo crescimento chinês, foi se traduzindo numa tendência de alta dos preços das *commodities*. Todavia, é mister destacar o importante papel desempenhado pelo desenvolvimento das forças produtivas⁴, que possibilitaram ganhos de produtividade, aumento nas escalas de produção e transformação nas relações sociais de produção⁵. Soma-se a isso tudo, o ativo e indutor papel do Estado (CALAÇA; INOCENCIO, 2011), responsável por garantir aportes de infraestrutura, financiamento, renegociações de dívidas agrícolas, mudanças nas legislações, pesquisa, dentre outros.

Neste contexto, para explicar a apropriação do Centro-Oeste pelo agronegócio faz-se necessário compreendê-lo não de forma isolada, mas como parte de uma totalidade complexa (LEFÉBVRE, 1983), considerando não apenas sua inserção no local, mas sua perspectiva relacional nas escalas nacional e internacional, tendo como “pano de fundo” o processo de acumulação e concentração do capital em escala global.

O processo de abertura econômica iniciada a partir dos anos 90 e o fortalecimento de novas fronteiras agrícolas atraíram grandes conglomerados empresariais, nacionais e estrangeiros, que atuam no mercado global, levando ao que alguns autores denominam Mundialização da Agricultura, onde “(...) sob o capitalismo monopolista mundializado, passou

⁴ Para Marx o trabalho é a fonte material do conhecimento, que retroage sobre o desenvolvimento das forças produtivas, considerado é o grande elemento dinâmico do desenvolvimento social. Através de seu método materialista e dialético, analisou que o que move a evolução da sociedade é a contradição existente entre as forças produtivas (causa) e as relações de produção, que se expressam por meio da luta de classes (MARX, 1977). Por forças produtivas é entendido o conjunto de instrumentos, ferramentas, instalações e demais materiais que auxiliam o trabalho no processo de produção, além do conhecimento e habilidade necessários para manuseá-los. Possui um caráter progressivo, expresso em crescente produtividade do trabalho (MARX, 1983). Daí, a relevância desses conceitos na análise do desenvolvimento da sociedade.

⁵ São relações que as pessoas estabelecem entre si no processo de trabalho, produção e reprodução da vida material. Nas sociedades de classes se expressam como relação jurídica entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Cada estágio do desenvolvimento da sociedade comporta um determinado tipo de relação predominante. Na medida em que as forças produtivas avançam novas formas de trabalhos, trabalhadores e apropriação dos resultados vão surgindo, fazendo emergir elementos de uma nova ordem social (MARX, 1983).

a estruturar-se uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais” (OLIVEIRA, 2014, pág. 2084).

Com maior presença física no território, esses grandes conglomerados acabaram por influenciar diretamente os rumos da produção, determinando normas ao território usado, mesmo que descontínuos, impondo um fazer sobre o espaço oriundo de centros de decisões localizados a longas distâncias, inclusive fora do Brasil.

Esses monopólios e outros se articulam através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: a territorialização dos monopólios (*territorialization of monopolies*) e a monopolização do território (*monopolization of territory*). O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores no campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo (OLIVEIRA, 2014, pág. 2086).

No Centro-Oeste é possível verificar, concomitantemente, esses dois processos em curso: com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar vê-se avançar em seu entorno a territorialização dos territórios; enquanto a monopolização do território vai se configurando nas regiões produtoras de soja, milho e demais *commodities*.

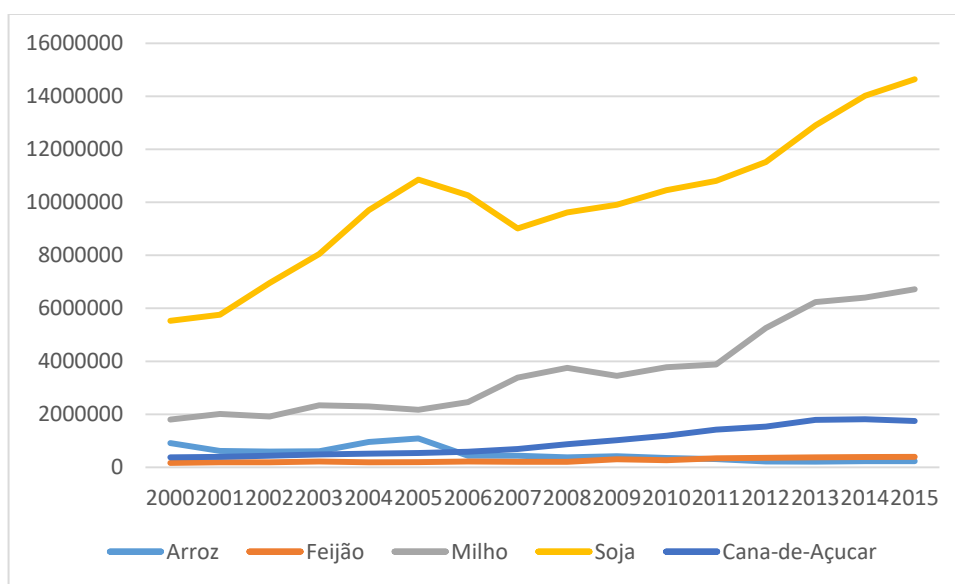
Assim, o Centro-Oeste brasileiro se inseriu definitivamente na divisão internacional do trabalho e na divisão territorial da produção, como fornecedor de produtos primários e semiprocessados, tornando sua dinâmica econômica cada vez mais dependente das necessidades de acumulação do capital transnacional ligado ao agronegócio.

Os dados apresentados a seguir revelam alguns dos principais resultados da aplicação deste modelo, expresso no significativo aumento na produção agropecuária e nas exportações de *commodities* agrícolas e agroindustriais. Além, da incorporação de novas áreas às dinâmicas econômica e demográfica brasileiras, tornando a configuração espacial do país e da região muito mais complexa. Sem falar, do conseqüente fortalecimento político dos setores ruralistas no cenário nacional.

Um indicador importante está relacionado à área ocupada com lavouras temporárias. No ano 2000, eram 9,7 milhões de hectares em todo o Centro-Oeste, passando para 25 milhões de há em 2015. A Figura 1 mostra as principais culturas que passaram a ocupar esse espaço.

Disparadamente, a soja ocupa o primeiro lugar, com 14,64 milhões de há em 2015, contra 5,53 milhões de há, no ano 2000. O milho aparece na sequência com 6,72 milhões de há, seguido pela cana-de-açúcar com 1,74 milhões de há, em 2015. A principal cultura agrícola que perdeu espaço no período foi o arroz, de 915,65 milhões de há colhidos no ano 2000 passou para apenas 229,16 milhões de há em 2015. Como o crescimento da área ocupada pelas *commodities* não pode ser explicado apenas pela substituição de culturas, a hipótese explicativa é de que avançou sobre as áreas de pastagens e do Cerrado (IBGE, Pesquisa Agropecuária).

Figura 1 – Área Colhida em Hectares/Principais Culturas 2000-2015 – Centro-Oeste

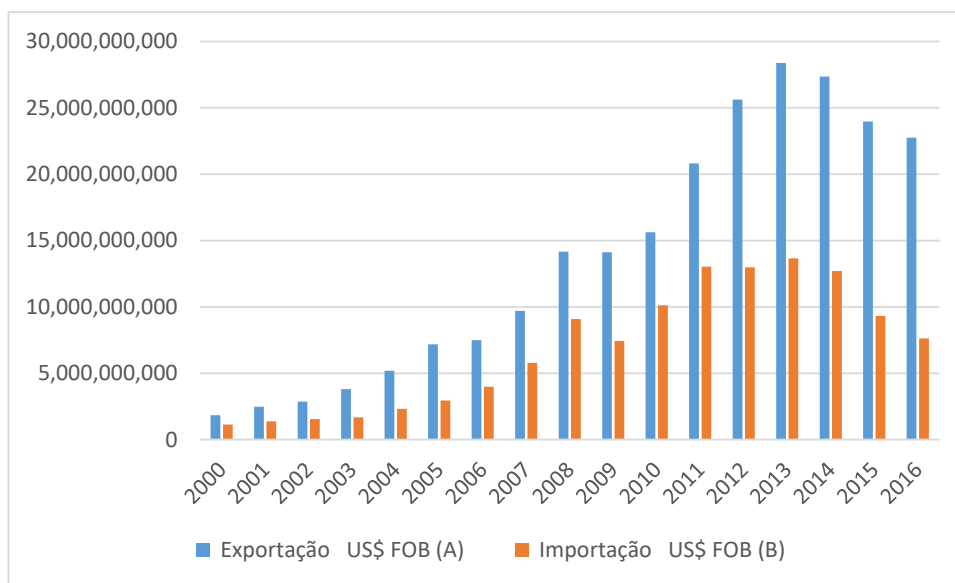


Fonte: IBGE - Pesquisa Agropecuária – Elaboração própria.

Com o mercado internacional de *commodities* em alta, de 2000 a 2016 o comércio externo passou a ter importante papel para a realização da produção do Centro-Oeste, com expressivos saldos positivos na balança comercial, atingindo, em 2016, a cifra de R\$ 15,1 bilhões de reais (MDIC).

Com base na Figura 2 é possível perceber que do ano 2000 até 2013 houve uma clara tendência de crescimento tanto das exportações, quanto das importações, indicando a existência de uma relação de dependência entre a produção aqui realizada e o fornecimento de matérias-primas e tecnologias importadas. A tendência de queda no mercado externo, verificada a partir de 2013, pode ser explicada pelo agravamento da crise econômica internacional e seus impactos no Brasil e em países compradores, como a China, que viu sua taxa de crescimento diminuir.

Figura 2 – Exportações e Importações de 2000 a 2016 – Centro-Oeste

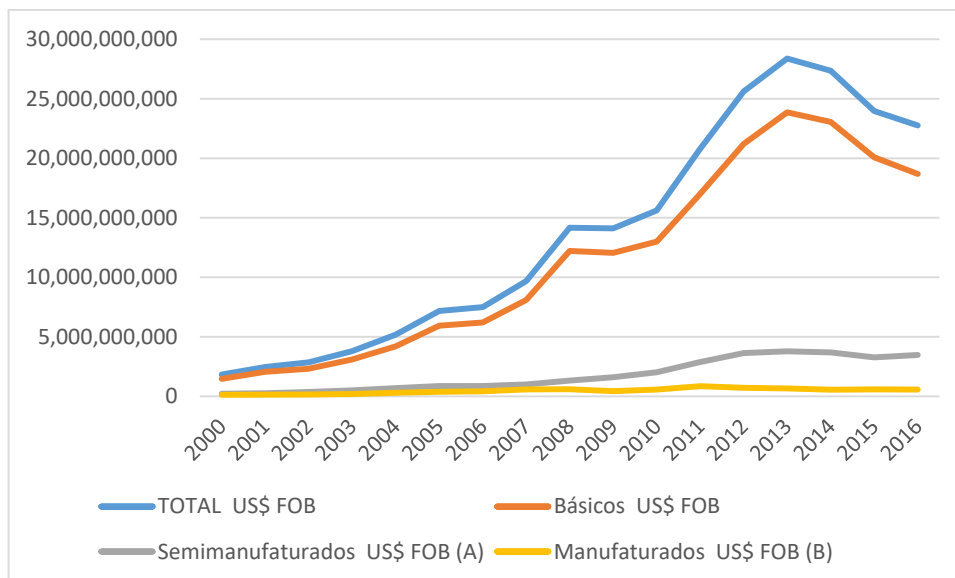


Fonte: MDIC (2017) – Elaboração própria.

A Figura 3 mostra claramente a dependência absoluta da Região dos chamados produtos básicos, de baixo valor agregado. Em 2016, esses representavam 82% das exportações, com os produtos semimanufaturados vindo na sequência com 15,3%, enquanto os manufaturados eram apenas 2,7% (MDIC, 2017).

Recente estudo sobre a cadeia da soja aponta também nesta perspectiva, revelando que apenas que apenas 40% de todo negócio é realmente brasileiro. Essa participação se concentra na terra (13,3%), na mão-de-obra (14,3%) e somente 12,4% em setores mais intensivos em capital e tecnologia, como sementes (2,4%), agrotóxicos (0,6%), adubos e fertilizantes (4,8%), máquinas (0,3%) e 4,4% na agroindústria (MEDINA, G.; RIBEIRO, G. G.; BRASIL, E. M. 2015).

Figura 3 – Exportações da Região Centro-Oeste por Fator Agregado – 2000-2016

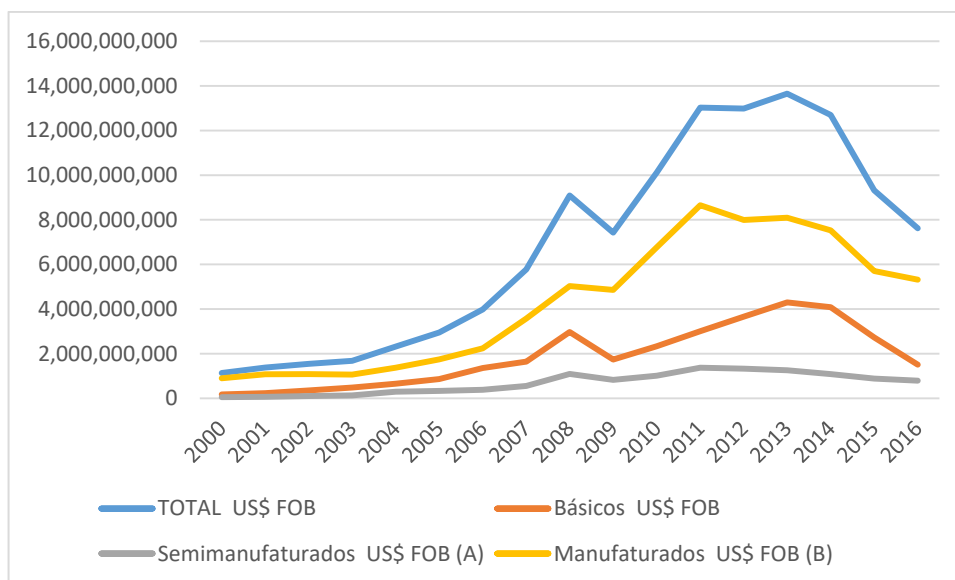


Fonte: MDIC (2017) – Elaboração Própria.

A soja é o principal produto de exportação, representando 47,3% do total, seguido pelo milho com 13,57% e pela carne bovina com 8,8%. Apenas esses três produtos representavam quase 70% das exportações regionais. Os produtos provenientes da mineração representavam 5,4%.

Em contrapartida, pelo lado das importações a situação se invertia. No mesmo ano de 2016, os produtos manufaturados representaram quase 70% do mercado, enquanto os semimanufaturados eram 10% e os produtos básicos em torno de 20%. A Figura 4 evidencia o comportamento dessas importantes variáveis de 2002 a 2016 (MDIC, 2017).

Figura 4 – Importações da Região Centro-Oeste por Fator Agregado – 2000-2016



Fonte: MDIC (2017) – Elaboração própria.

A China desponta como principal destino, recebendo quase 30% das exportações da região. A Ásia, como um todo, recebe 55% dos produtos, seguida pela União Europeia com 19%, Oriente Médio 9,64%, África 4,51% e a América Latina com apenas 4,02% (MDIC, 2017). Esse excessivo grau de dependência do comércio externo, e mais ainda, de um país e/ou continente específico, se constitui em elemento de vulnerabilidade a eventuais fatores externos que possam afetar essas economias.

Cabe observar, que apesar do chamado *boom* da agropecuária brasileira, entre 2000 a 2012 o setor sofreu queda na sua participação relativa do PIB brasileiro. Em 2002 representava 6,6%, teve um pico de 7,4% em 2003 e depois foi perdendo importância, chegando a 5,5% em 2011 e 5,3% em 2017 (IBGE, Contas Regionais).

No caso específico da Região Centro-Oeste, se verificou entre 2002 a 2014 um pequeno aumento relativo de sua participação no PIB brasileiro, passando de 8,61% em 2002, para 9,39% em 2014 (IBGE, Contas Regionais).

No entanto, vale registrar, que neste mesmo período se verificou uma tendência à desconcentração regional. Visto que, a Região Sudeste que representava 57,38% em 2002 reduziu sua participação para 54,94% em 2014 e este percentual se viu distribuído entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar disso, a concentração espacial da riqueza segue

sendo muito grande, pois em 2014, apenas cinco estados da Federação concentravam 64,9% da economia do país (IBGE, Contas Regionais).

Outro aspecto, é que o peso da agropecuária no PIB na Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, é bem superior à média nacional (Mato Grosso do Sul 15,4%, Mato Grosso 28,6% e Goiás 13,2%). Mas, essa participação relativa vem diminuindo nos últimos anos. No Mato Grosso do Sul a Agropecuária representava 22,3% em 2002, teve um pico de 24,7% em 2003 e após várias quedas consecutivas chegou a 15,4% em 2012. O Estado de Goiás seguiu esta mesma tendência, de 18,7% em 2002 chegou a 13,2% em 2012. No Mato Grosso também não foi muito diferente de 29,7% em 2002, viu seu peso relativo cair para 22,1% em 2010, 24,1% em 2011, sendo registrada uma recuperação em 2012, para 28,6%, fato que precisa ser melhor analisado (IBGE, Contas Regionais).

Em contrapartida, notou-se um aumento da participação da indústria no PIB em Goiás e no Mato Grosso do Sul. No Mato Grosso verificou-se uma relativa estabilidade. Neste segmento, o destaque é o Estado de Goiás onde a indústria já representava em 2012, 26,3% do PIB. Outra tendência, é a crescente participação do setor de serviços na economia, com destaque para o DF com 94% em 2012, seguido pelo Mato Grosso do Sul com 62,9% (IBGE, Contas Regionais).

Para analisar se o modelo do agronegócio aponta, realmente, para a perspectiva do desenvolvimento recorremos a Ruy Mauro Marini, que com seu livro *Dialética da Dependência*, lançado em 1973, desenvolveu uma interpretação marxista acerca da dependência latino americana, resultando na formulação de determinadas leis e tendências que movimentam e reproduzem um modelo de capitalismo dependente.

Para Marini, a dependência deve ser entendida a partir de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, no contexto da acumulação capitalista em escala mundial, onde a Divisão Internacional do Trabalho cumpre papel preponderante, na recriação permanente de mecanismos voltados a transferir valor dos países periféricos para os mais desenvolvidos, detentores do controle sobre a geração de tecnologia.

Segundo Marini, diante do intercâmbio desigual historicamente estabelecido, os países dependentes procuram compensar as perdas sofridas nas relações internacionais violando o

valor da força de trabalho, ao qual denominou de superexploração. A principal consequência é a crescente separação das esferas da produção e da circulação, na medida em que ampla maioria da população é excluída do processo de consumo daquilo que ela própria produz. Diante de um mercado interno fraco e da conseqüente crise de realização do capital, não há outra saída a não ser a busca do mercado externo como tábua de salvação.

Ocorre, que ao ampliar a oferta de produtos primários e semimanufaturados no mercado mundial, a preços que seguem uma tendência de longo prazo de queda, os países dependentes prestam importante serviço ao capitalismo central, ajudando-os a burlarem a tendência geral à diminuição das taxas de lucro. Visto que, com suprimentos mais baratos, o valor da força de trabalho por lá tende a diminuir, levando à redução do trabalho necessário (salários) e aumento do trabalho excedente, gerador da mais-valia relativa, conforme foi demonstrado por Marx. Enquanto isso, aqui, diferentemente do que ocorreu no processo de industrialização dos países centrais, produção e circulação nascem e tendem a andar separados, condenando seus próprios produtores (trabalhadores) a condições cada vez mais desumanas, em função do desrespeito à lei do valor da força de trabalho em prol do aumento da mais-valia capitalista. Eis a principal contradição deste modelo de inserção dependente.

Temos assim, a reprodução de um capitalismo *sui generis*, com particularidades estruturais que bloqueiam sua possibilidade de desenvolvimento, que não é o mesmo que uma tendência inexorável ao estancamento econômico dessas economias. Ou seja, a economia dependente preserva a capacidade de crescer, mas o faz, acentuando ao limite as contradições que lhe são próprias, como modo de produção capitalista. Assim, o fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (MARINI, 2000).

Considerações Finais

O Centro-Oeste brasileiro vê-se diante de um processo de modernização agrícola calcado na concentração fundiária, na adoção de novas tecnologias (avanço das forças produtivas) e no controle oligopolizado dos mercados (antes e depois da porteira), que condiciona sua dinâmica socioeconômica, limitada por um processo de especialização

regressiva do comércio. Os dados apresentados evidenciam os riscos e limites de um modelo de desenvolvimento dependente da produção primária.

A partir dos dados apresentados foi possível verificar que apesar do vertiginoso crescimento da produção agropecuária no Centro-Oeste brasileiro, verificado nas duas últimas décadas, a Região pouco alterou sua condição econômica no plano nacional. Além disso, a principal contradição é que cresceu ampliando seus laços de dependência econômica e tecnológica em relação ao capital e ao mercado externo. Isto se explica pelo tipo de redes que se estabelecem espacialmente e pelos interesses econômicos de acumulação de capital.

Referências Bibliográficas

CALAÇA, M. INOCENCIO, M. E. **Estado: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado**. Espaço em revista, v. 13, p. 81-106, 2011.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DIAS, Leila Christina. **Redes Geográficas Nacionais e Internacionais**. Encontro nacional de produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

IBGE: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais - Contas Regionais - consulta realizada em 09 de Julho de 2017.

_____: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default_temp_ods.shtm - Pesquisa Agropecuária - consulta realizada em 09 de Julho de 2017.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. P. 170-241.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital**. v. 1. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MDIC: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/series-historicas – consulta realizada em 08 de Julho de 2017.

MEDINA, G.; RIBEIRO, G. G.; BRASIL, E. M. **Participação do Capital Brasileiro na Cadeia Produtiva da Soja: lições para o futuro do agronegócio nacional**. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa, v. 13, n. 1, 2 e 3, p. 1-38, jun./2015.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, VI. São Paulo: USP/FFLCH/Departamento de Geografia, 2014, p. 2080-2103.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no fim do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, M. L. **Território e (des)territorialização**. In: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.